


* Bispo Diocesano de Vacaria/RS. Mestre em Teologia Pastoral pela Pontifícia Universidade Lateranense, Roma (2001).

E-mail: sguterresdutra@yahoo.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9909-2704>

** Pároco da paróquia N^a. Sra. da Conceição (Caseiros/RS) e reitor do Seminário Maior N^a. Sra. da Oliveira, Diocese de Vacaria/RS. Professor da disciplina de Metodologia e Prática Pastoral na Itepa Faculdades.

E-mail: eguindani@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9827-3116>

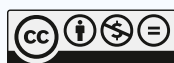
*** Licenciado em Matemática e bacharel em Filosofia (Universidade de Passo Fundo – UPF); bacharelado em Teologia (Itepa faculdades). Seminarista do segundo ano da etapa da Configuração, Diocese de Vacaria/RS.

E-mail: renanpaloschizanandrea@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1303-7203>

Recebido em 12/05/21

Aprovado em 22/08/21



ESPIRITUALIDADE CRISTÃ E COMPROMISSO SOCIAL

Um desafio de amor

CHRISTIAN SPIRITUALITY AND SOCIAL COMMITMENT

A love challenge

*Dom Sílvio Guterres Dutra**

*Elisandro Guindani***

*Renan Paloschi Zanandrea****

Resumo: A espiritualidade cristã carrega a marca do cuidado com a vida. Desde os primórdios, partindo da vida de Jesus até os nossos tempos, a compreensão evangélica é de cuidado total com a vida. Contudo, foi com Leão XIII, no século XIX, que o Magistério da Igreja publicou o primeiro documento de cunho social. De lá até nossos dias, os papas mantiveram certa regularidade na publicação desse tipo de documento, enriquecendo o corpus da Doutrina Social. A Igreja na América Latina também contribuiu para a reflexão com outros quatro documentos. Aqui, nos propomos a dar um panorama geral da Doutrina Social da Igreja, refletindo sobre a dignidade da pessoa humana, as diversas formas de ataque à vida e, por fim, chegando à reflexão sobre a caridade, princípio motor de toda a Doutrina Social e propulsora de um real compromisso social a partir da espiritualidade cristã.

Palavras-chave: Espiritualidade. Compromisso Social. Doutrina Social. Caridade.

Abstract: Christian spirituality carries the mark of care with life. From the earliest times, starting with the life of Jesus until our own times, the evangelical understanding is about the total care with life. However, it was with Leo XIII, in the 19th century, that the Church's Magisterium published the first social document. Since then until our days, the popes have maintained a certain regularity in the publication of this type of document, enriching the corpus of Social Doctrine. The Church in Latin America has also contributed to the reflection with four other documents. Here we propose to give an general overview of the Church's Social Doctrine, reflecting about the dignity of the human person, the several manners of attacks on life and, in the end, reaching the reflection about charity, the motor principle of the whole Social Doctrine and propeller of a real social commitment based on Christian spirituality.

Key-words: Spirituality. Social Commitment. Social Doctrine. Charity.

INTRODUÇÃO

O Senhor Jesus, diante do doutor da Lei que quis pô-lo à prova, aponta qual é o primeiro e maior mandamento: “amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento!”¹ (Mt 22,37).

Jesus toma uma expressão veterotestamentária, do conhecido *Shemá Israel* (Dt 6,4-9), antiga e central profissão de fé judaica, e indica o maior mandamento. Desse primeiro e maior mandamento temos um segundo, que está totalmente ligado a ele: “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22,39). Aqui se condensa toda a doutrina de Jesus: “como eu vos amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros” (Jo 13,34b).

Respondendo a essa exigência do Senhor, os cristãos, desde as primeiras comunidades, carregam a marca do cuidado mútuo. A Igreja, que “[...] é em Cristo como que sacramento isto é, sinal e instrumento, da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1), atenta aos sinais dos tempos e unida plenamente a Jesus, desenvolveu a sua Doutrina Social. Ela tem por objetivo orientar os cristãos no cuidado com o próximo, auxiliando na busca pela vivência do mandamento do amor deixado pelo Senhor.

Para compreender melhor a relação entre o compromisso social e a espiritualidade cristã, este trabalho divide-se em três blocos. O primeiro faz um estudo geral e breve sobre a Doutrina Social da Igreja (DSI). O segundo bloco trata do princípio básico da Doutrina Social, que é a dignidade da pessoa humana e ainda aponta algumas formas de ataque à vida. Por fim, o terceiro busca apresentar como que a solução para o problema: a caridade cristã, que brota da espiritualidade e impulsiona para um sincero compromisso social.

1 DE LEÃO XIII A FRANCISCO: O CORPUS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Desde as primeiras comunidades a Igreja acumulou um patrimônio de reflexões doutrinárias, que carregam a marca do amor a Deus e do cuidado com o próximo. Partindo da Sagrada Escritura e abraçando os elementos da Tradição, os ensinamentos magisteriais foram se desenvolvendo, tendo sempre como princípio e guia as palavras e atitudes de Jesus. Contudo, foi somente em 1891, com a *Rerum Novarum* (RN), do Papa Leão XIII, que o Magistério da Igreja publicou sua primeira Encíclica Social.

A RN foi escrita, de modo especial, para tratar da questão operária. As situações política, social e cultural do século XIX fizeram com que o Papa Leão XIII respondesse à situação dos operários, que estavam sendo afetados pelos grandes males do conflito “capital x trabalho”, fruto principalmente da revolução industrial. A busca excessiva pelo lucro gerou uma série de problemas para os trabalhadores, surgindo várias tentativas de responder esse problema. Leão XIII tratou essa questão de forma ampla, fazendo com que ela seja “[...] explorada em todas as suas articulações sociais e políticas, para ser adequadamente avaliada à luz dos princípios doutrinários baseados na Revelação, na lei e na moral natural”² (CDSI 89). Na encíclica, o Papa apontou as causas do conflito, excluiu o socialismo como solução, fez apontamentos sobre a propriedade privada, a família, a ação do Estado, a posse e uso das riquezas, a dignidade do trabalho, as obrigações de operários e patrões, o dever de proteger o trabalho dos operários, as mulheres e as crianças e, por fim, indicou a solução definitiva: a caridade. A RN tem como tema central a “[...] instauração de uma ordem social justa, em vista do qual é mister individuar critérios de juízo que ajudem a avaliar os ordenamentos sociopolíticos existentes e formular linhas de ação para uma sua oportuna transformação” (CDSI 89).

1 Todos os textos bíblicos são citados a partir da seguinte referência: *Bíblia Sagrada*: tradução oficial da CNBB. Brasília: Ed. CNBB, 2018.

2 *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (CDSI).

Essa encíclica abriu caminho para uma vasta produção no campo social. Depois da RN, o Magistério manifestou-se diversas vezes sobre questões de cunho social³. Comemorando os aniversários da RN, temos quatro documentos: Pio XI com a *Quadragesimo anno* (1931), na comemoração dos quarenta anos; no octogésimo aniversário, o Papa Paulo VI publicou a *Octagesima adveniens* (1971); e João Paulo II publicou a *Laborem exercens* (1981), sobre o trabalho, nos noventa anos, e a *Centesimus annus* (1991), nos cem anos. Ainda nessa linha social temos Pio XI, com as encíclicas *Non abbiamo bisogno* (1931), *Mit brennender Sorge* (1937) e *Divini Redemptoris* (1937). João XXIII, dentre outros, escreveu *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963). O Concílio Vaticano II contribuiu com uma série de documentos, dos quais destacamos a Constituição Pastoral *Gaudium et spes* e a declaração *Dignitatis humanae*. Paulo VI com a instituição da Pontifícia Comissão *Iustitia et Pax*, além das encíclicas *Populorum progressio* (1967), *Humanae Vitae* (1968) e *Evangelii Nuntiandi* (1975). Além do já citado anteriormente, João Paulo II publicou a Encíclica *Sollicitudo rei socialis* (1987) e solicitou a elaboração do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, elaborado pelo Pontifício Conselho *Iustitia et Pax*. Bento XVI, dentre outros documentos, publicou *Deus Caritas Est* (2005) e *Caritas in Veritate* (2009). Por fim, o Papa Francisco também tem contribuído para a reflexão social com documentos magisteriais, dos quais destacamos a encíclica *Laudato Si'* (2015), que trata do cuidado com a Casa Comum, e, recentemente, a encíclica *Fratelli Tutti* (2020), sobre fraternidade e amizade social. A Igreja na América Latina também fez um caminho nesse sentido, com as Conferências-gerais do episcopado Latino-americano e do Caribe. Fruto delas, temos quatro grandes documentos: de Medellín (1968), de Puebla (1979), de Santo Domingo (1992) e de Aparecida (2007).

A função de toda elaboração da Igreja, que resulta num *corpus* doutrinal sólido sobre a questão social é, pois, evangelizar conforme o pedido do Senhor, levando a todos a Palavra da vida que provoca para a mudança, para uma nova compreensão das relações. Sendo assim, “com o seu ensinamento social a Igreja quer anunciar e atualizar o Evangelho na complexa rede de relações sociais” (CDSI 62). O objetivo é a salvação integral do ser humano, primeiro nesta vida terrena, mas já pensando na vida futura, num caráter escatológico. Evangelizar o social significa, nesse sentido, “infundir no coração dos homens a carga de sentido e de libertação do Evangelho, de modo a promover uma sociedade à medida do homem porque à medida de Cristo: é construir uma cidade do homem mais humana, porque mais conforme com o Reino de Deus” (CDSI 63).

A reflexão da DSI carrega a marca da teologia, especificamente a da teologia moral, pois refere-se ao agir humano. Ela reflete sobre três níveis do ensinamento da teologia moral: “o nível *fundante* das motivações; o *diretivo* das normas do viver social; o *deliberativo* das consciências chamadas a mediar as normas objetivas e gerais nas situações sociais concretas e particulares” (CDSI 73, grifo nosso). Além disso, a DSI possui uma dupla função: a de anunciar uma visão global do homem e da sociedade, formando e orientando; e a de denunciar todas as formas de ataque à vida.

O *corpus* doutrinal no quesito social se desenvolveu sobre quatro pilares: *a dignidade da pessoa humana, o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade*⁴. Esses quatro pilares são os princípios fundamentais, que “[...] constituem os verdadeiros e próprios gonzos do ensino social católico” (CDSI 160). Eles são permanentes e brotam da vasta experiência de ação social por parte da Igreja. Os princípios da DSI “[...] têm um caráter geral e fundamental,

3 Tendo em vista o objetivo deste trabalho, somos obrigados a escolher alguns documentos, dentre tantos, que foram publicados pelo Magistério da Igreja.

4 Devido à natureza deste trabalho e a limitação de espaço para publicação, não é objetivo aprofundar os quatro princípios, embora apareçam desdobrados, de uma forma ou outra, ao longo do texto. Mais sobre isso pode ser encontrado em CDSI 105-208.

pois que se referem à realidade social no seu conjunto” (CDSI 161). Assim, esses princípios tratam de todas as relações que envolvem a pessoa humana e suas relações, tanto com o próximo, quanto com as instituições que fazem parte da sociedade.

A DSI indica que esses princípios devem guiar, de forma geral, a reflexão social da Igreja. A partir deles, se fazem as análises de realidade e definem-se os planos de ação. Os quatro princípios devem ser trabalhados sempre como uma unidade, articulados entre si, para que possam, assim, atingir o seu objetivo: ser “[...] aquela primeira articulação da verdade da sociedade, pela qual cada consciência é interpelada e convidada a interagir com as demais, na liberdade, em plena co-responsabilidade [sic.] com todos e em relação a todos” (CDSI 163).

Noutra perspectiva, ao tentar compreender melhor os elementos que constituem a DSI, acompanhando a reflexão do Pe. Alfredo J. Gonçalves, CS, destacam-se quatro:

- a) exigências éticas derivadas da dimensão social do Evangelho; b) imperativos da realidade sócio-econômica [sic.] e político-cultural do mundo em que vivemos; c) reflexão moral que confronta a mensagem evangélica com a situação histórica; e d) ação ou práxis sócio-transformadora [sic.]⁵.

Esses elementos interagem entre si e adaptam-se conforme o contexto vivido. Isso nos faz compreender que a DSI não é fechada ou acabada. Pelo contrário, ela carrega a marca justamente de adaptar-se às necessidades econômicas, sociais e políticas, contribuindo na reflexão, conforme a necessidade de cada contexto histórico.

Por fim, como nos indica o Papa João Paulo II, a DSI é de caráter interdisciplinar. Para compreender a realidade política, econômica e social, a DSI “[...] entra em diálogo com diversas disciplinas que se ocupam do homem, assumindo em si os contributos que delas provêm, e ajudando-as, por sua vez, a abrir-se numa dimensão mais ampla ao serviço de cada pessoa, conhecida e amada na plenitude da sua vocação” (CA 59).

2 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS ATAQUES À VIDA

O primeiro e fundamental princípio que norteia a reflexão social da Igreja é a “incomparável” e “inalienável dignidade da pessoa humana” (CDSI 37; 105). Seguindo os princípios da antropologia cristã que se fundamenta, de modo especial, na Sagrada Escritura, o homem e a mulher, criados à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1,26-27), são chamados à “plenitude de vida que se estende muito além das dimensões da existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus” (EV 2). Essa relação direta com Deus faz com que a vida humana possua um valor precioso, desde a vida terrena. É preciso, segundo o Papa Francisco, “dar-se conta de quanto vale um ser humano, de quanto vale uma pessoa, sempre e em qualquer circunstância” (FT 106). Por isso, toda pessoa tem direito à vida em abundância (cf. Jo 10,10).

O ser humano, formado pela unidade corpo e alma, “é um ser material, ligado a este mundo mediante o seu corpo, e um ser espiritual, aberto à transcendência” (CDSI 129). Essa compreensão nos faz concluir que não se pode desprezar o corpo nem o espírito, mas é preciso trabalhar a partir dessa unidade, tal e qual foi criada por Deus. Por isso, o ser humano é aberto à transcendência. Primeiro, aberto ao infinito, aberto a Deus, pois carrega todas as características necessárias para encontrar a Verdade. Isso ainda aponta para uma segunda característica, em que todo ser humano também é aberto aos outros e ao mundo, mantendo uma relação de comunhão e diálogo (CDSI 130). Na realidade, “o próprio mistério da Trindade nos recorda que somos criados à imagem desta comunhão divina, pelo que não podemos realizar-nos nem salvar-nos sozinhos” (EG 178).

5 Alfredo J. GONÇALVES, *Doutrina Social da Igreja: História e Desafios*. Disponível em: <http://www.cefep.org.br/doutrina-social-da-igreja-historia-e-desafios/>. Acesso em: 19 mai. 2021.

Aqui vai-se compreendendo que o ser humano foi criado para as relações. Fica claro que “a vida comunitária é uma característica natural que distingue o homem do resto das criaturas terrenas” (CDSI 149). Essa característica própria do ser humano, marcada pela necessidade de se integrar e de colaborar com os demais, vivendo em comunhão, quando iluminada pela fé, carrega um sentido ainda mais profundo. Compreende-se que, “feita à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1,26), e constituída no universo visível para viver em sociedade (cf. Gn 2,20.23) e dominar a terra (cf. Gn 1,26.28-30), a pessoa humana é, por isso, desde o princípio chamada à vida social” (CDSI 149). É parte, portanto, da própria natureza humana ser um “ser social”. É “mediante o intercâmbio com os outros, a reciprocidade dos serviços e o diálogo com seus irmãos, [que] o homem desenvolve as próprias virtualidades; responde, assim, à sua vocação” (CIgC 1879).

Buscando o desenvolvimento integral da pessoa, todas as instituições, nas diversas instâncias, devem ter como primado o ser humano. Dessa forma, “a pessoa não pode ser instrumentalizada para projetos de caráter econômico, social e político impostos por qualquer que seja a autoridade” (CDSI 133). Somente quando toda pessoa é reconhecida em sua dignidade, será possível crescer, individual ou comunitariamente.

A *Gaudium et Spes* destaca a importância da igual dignidade de todas as pessoas, o que nos provoca para o cuidado. Ainda que “entre os homens haja justas diferenças, a igual dignidade pessoal postula, no entanto, que se chegue a condições de vida mais humanas e justas” (GS 29). Esta compreensão de que todos possuem direito a vida digna e em abundância nos leva, dentre outras coisas, a compreender a relação intensa que existe entre todos os seres humanos: “único e irrepetível na sua individualidade, todo homem é um ser aberto à relação com os outros na sociedade” (CDSI 61). É na relação com o próximo que cada pessoa busca cumprir o mandamento: “também vós deveis amar-vos uns aos outros” (Jo 13,34b). Essas relações se dão entre os indivíduos, nas famílias, nos grupos, no trabalho, em meio às diversas estruturas sociais, como nos campos da economia, da política e da cultura.

Contudo, nos diversos períodos da história, mesmo sendo de um valor inestimável, a vida humana nem sempre foi cuidada e valorizada. Nos tempos hodiernos, diversas são as facetas de ataques à vida, como aponta o *Texto-Base* da Campanha da Fraternidade 2020: eugenia; desigualdade; globalização econômica; aborto; eutanásia; suicídio e suicídio assistido; crianças que perdem suas famílias; desemprego; ansiedade; stress; acidentes de trânsito; desatenção aos povos indígenas, às mulheres e aos pequenos agricultores; tráfico de drogas, de pessoas, de órgãos; individualismo; mau uso das redes sociais e abuso dos meios de comunicação. O Papa Francisco também faz apontamentos sobre as sombras no mundo atual que ameaçam a vida, destacando “o medo, a falta de atenção às minorias, a cultura do descarte, a globalização e a não atenção aos direitos humanos”⁶. Antes ainda, no Concílio Vaticano II, a Igreja já condenava tudo que pudesse destruir a vida. Esses ataques corrompem a civilização, desonram os que os praticam e ofendem a Deus. A GS considera

infames as seguintes coisas: tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis (27).

6 Elisandro GUINDANI e Renan P. ZANANDRÉA, *Fratelli Tutti: algumas palavras iniciais*. Disponível em: <https://www.diocesecavaria.com.br/fratelli-tutti-algumas-palavras-iniciais/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

João Paulo II por sua vez, também aponta problemas que afetam e violam a vida, chegando a algo que pode ser considerado como “estrutura de pecado”, cuja marca é a “imposição de uma cultura anti-solidária [sic.], que em muitos casos se configura como verdadeira ‘cultura de morte’” (EV 12). Esta cultura é promovida por correntes políticas, culturais e econômicas, que carregam a marca de ser basicamente “eficientista”. Assim, continua o Papa, “a vida que requereria mais acolhimento, amor e cuidado, é reputada inútil ou considerada como um peso insuportável, e, conseqüentemente [sic.], rejeitada sob múltiplas formas” (EV 12).

É aqui que entra, podemos dizer, a necessidade de uma verdadeira e profunda espiritualidade. É por meio dela que “[...] o homem supera a totalidade das coisas e penetra na estrutura espiritual mais profunda da realidade” (CDSI 128). É da vida de oração que o cristão é chamado à ação. Ela é “o eco constante de seu compromisso apostólico em sua consciência espiritual”⁷. É somente à luz da fé, por meio da oração, e de modo especial pela meditação da Palavra, que será “[...] possível, sempre e em toda parte, reconhecer Deus [...], procurar a sua vontade em todo o acontecimento, ver Cristo em todos os homens, [...], ter um conceito exato do verdadeiro significado e do valor das coisas temporais, em si mesmos e em ordem ao fim do homem” (AA 4).

O contato com Jesus, que se dá pela proximidade com as pessoas e por uma profunda e autêntica espiritualidade, impulsiona para o anúncio nas situações concretas da vida, para que todos sejam iluminados pela fé. Esse anúncio não se limita “[...] a encontrar soluções, mas torna humanamente aceitáveis inclusive as situações de sofrimento, de modo que nelas o homem não se perca nem esqueça a sua dignidade e vocação” (CA 59).

3 A CARIDADE COMO PROPULSORA DO COMPROMISSO SOCIAL

Com o Papa Francisco iniciamos a última parte deste trabalho: “tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais” (EG 180). E mais: O amor (*caritas*) “ao outro por ser quem é impele-nos a procurar o melhor para sua vida” (FT 94). Quem faz a experiência com Cristo é impelido a cuidar da vida, a provocar mudanças sociais.

Já o Documento de Aparecida (DAp) falava do encontro com Cristo, que se dá, de modo especial, na Igreja (246). Se dá também na Sagrada Escritura, lida na Igreja (247-249), e na Sagrada Liturgia (250), sendo a Eucaristia o lugar privilegiado (251-253). Ainda, o encontro pessoal com Cristo se dá pelo sacramento da reconciliação (254) e por meio da oração pessoal e comunitária (255). Jesus se faz presente em cada comunidade que vive a fé, a fraternidade, o amor. Também naqueles que lutam pela paz, o bem comum e a justiça, nos pobres, aflitos e enfermos (256-257).

É preciso que todo o apostolado tenha a caridade como fonte, origem e força. Seguindo Cristo, que se fez Ele “objeto de caridade”, é preciso amar e cuidar, levando Cristo ao próximo. Bernard apresenta quatro formas de caridade, ampliando as noções sobre o que, de fato, é a caridade: 1) a invisível, que é praticada pela oferta e pela oração; 2) a intelectual, “quando se ilumina o próximo com a palavra, o exemplo, os escritos; 3) a coletiva, onde se busca tratar das condições de vida de cada ser humano; 4) a interpessoal, “da qual jamais podemos nos esquivar, porque é a manifestação mais concreta e imediata do amor”⁸.

O cuidado com os mais necessitados, especialmente pobres e enfermos, mulheres e crianças, precisa ser a manifestação do encontro pessoal com Jesus Cristo. Essas são obras que emergem da caridade de Cristo. Ainda neste sentido, o decreto AA segue indicando que,

7 Charles A. BERNARD, *Introdução à Teologia Espiritual*, p.110.

8 Charles A. BERNARD, *Introdução à Teologia Espiritual*, p.132.

atualmente, com os meios de comunicação mais rápidos, de algum modo vencida a distância entre os homens e feitos membros como de uma só família os habitantes de todo o mundo, estas atividades e obras tornam-se mais urgentes e universais. Hoje, a ação caritativa pode e deve abranger todos os homens sem exceção, assim como todas as necessidades. Onde quer que se encontrem necessitados de comida e de bebida, de vestuário e de habitação, de medicamentos, de trabalho, de instrução, dos indispensáveis meios para levarem uma vida verdadeiramente humana, onde quer que haja atormentados por tribulações e pela doença ou quem sofrer o exílio ou a prisão, aí mesmo a caridade cristã os deve procurar e encontrar, confortá-los com desvelado carinho e ajudá-los com os necessários recursos (4).

O Evangelho nos faz compreender que existe uma “conexão íntima” entre evangelização e promoção humana (EG 178). Nos lembra o Papa Francisco que “evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176). Assim, o ser humano responde à intenção de Deus sempre que age no mundo, trabalha nele e o transforma. O objetivo é “formar um universo no qual todas as coisas encontrem seu cumprimento e seu significado no homem, que é capaz de participar conscientemente do prolongamento da atividade criadora de Deus”⁹. Isso provoca, também, para o cuidado com a Casa Comum. É preciso, para que os homens cresçam, amadureçam e santifiquem-se, a constante abertura a Deus, aos irmãos e a toda criação. Nesse sentido, destaca o Papa Francisco, “tudo está interligado, e isto convida-nos a maturar uma espiritualidade da solidariedade global que brota do mistério da Trindade” (LS 240). O Papa Bento XVI também fala da preocupação da Igreja com a criação e indica a necessidade de uma “ecologia do homem”. Para ele, “o sistema ecológico se rege pelo respeito de um projeto que se refere tanto à sã convivência em sociedade como ao bom relacionamento com a natureza” (CV 51).

O configurar-se a Cristo, vivendo conforme o Evangelho, nos coloca diante de uma nova hierarquia de valores, que provoca para um olhar mais profundo sobre a vida espiritual e moral. Segundo Bernard, “todos os valores confluem para a caridade, mas a caridade faz com que o homem saia de si mesmo e leva ao sacrifício”¹⁰. A caridade, portanto, leva ao sacrifício de doar-se aos outros, como o próprio Cristo o fez na Cruz. É o amor (*caritas*) que revela, segundo o Papa Francisco, a estatura espiritual da vida humana (FT 92). Sem a caridade, as virtudes correm o risco de serem mera aparência, não construindo de fato uma vida em comum. Alerta o Papa: “há pessoas que creem que pensam que a sua grandeza está na imposição de suas ideologias aos outros, ou na defesa violenta da verdade, ou em grandes demonstrações de força”. Contudo, continua, “em primeiro lugar está o amor, o amor nunca deve ser colocado em risco” (FT 92).

O amor de Deus por nós e o conhecimento cada vez mais profundo do espírito do Evangelho, “[...] provoca na vida da pessoa e nas suas ações uma primeira e fundamental reação: desejar, procurar e ter a peito o bem dos outros” (EG 178). Trata-se não apenas de uma relação pessoal com Deus, mas sim de ter um contato próximo com nossos irmãos, dando a resposta de amor a Deus por meio do compromisso de amor para com o próximo: “um exige tão estreitamente o outro que a afirmação do amor a Deus se torna uma mentira se o homem se fechar ao próximo ou, inclusive, o odiar” (DCE 16).

Falando da espiritualidade dos leigos em ordem ao apostolado, o decreto AA aponta a caridade como meio pelo qual se pratica o bem para com todos os seres humanos, especialmente para com os que praticam a mesma fé. É a caridade que “torna os leigos [e todos os cristãos] capazes de exprimirem na sua vida, realmente, o espírito das bem-aventuranças” (AA 4). É preciso levar a todos o primeiro anúncio, o *querigma*, que carrega

⁹ Charles A. BERNARD, *Introdução à Teologia Espiritual*, p.105.

¹⁰ Charles A. BERNARD, *Introdução à Teologia Espiritual*, p.87.

uma marca, segundo o Papa Francisco, “inevitavelmente social: no próprio coração do Evangelho, aparece a vida comunitária e o compromisso com os outros. O conteúdo do primeiro anúncio tem uma repercussão moral imediata, cujo centro é a caridade” (EG 177).

Um questionamento é o de se é possível viver isso realmente ou é apenas uma utopia? Para tentar responder a essa questão, podemos olhar para a história e identificar inúmeros cristãos que viveram conforme o Evangelho, viveram a santidade, testemunhando Cristo e “tornando o Reino de Deus presente no mundo”. Figuras como São Francisco de Assis, Santa Tereza de Calcutá, Santa Dulce dos Pobres e Santo Oscar Romero são exemplos de pessoas que viveram a caridade cristã. Dentre tantos, fazemos menção aqui ao cearense Dom Hélder Camara¹¹, que “estava sempre cercado pelos pobres, pelos excluídos. Nada fazia sem consultar o seu maior Amigo. Emprestava seus olhos, ouvidos, boca, coração a Jesus”¹². O Arcebispo de Olinda e Recife “tinha consciência de que sua ação e sua palavra eram expressão da sua união mística com Cristo. Vivía a sua vida na presença do amor e da misericórdia do Pai e aberto às inspirações do Espírito Santo”¹³.

O modelo de Dom Hélder e dos demais santos nos faz lembrar que “rezar e servir, amar e contemplar, são realidades indispensáveis para o discípulo de Jesus Cristo” (DGAE 102). Além disso, “sem oração não existe vida cristã autêntica. Sem caridade, a oração não pode ser considerada cristã” (DGAE 102). Somente vivendo uma profunda vida espiritual é possível perceber Deus nas coisas simples e nos que mais precisam. É a caridade que nos impele a sair de nosso comodismo e ir ao encontro, promovendo uma cultura de paz, amor, fraternidade e solidariedade.

A *Lumen Gentium* é clara em dizer: “o dom principal e mais necessário é a caridade” (42). Ela é o meio pelo qual podemos chegar a Deus ao servir o próximo. Contudo,

para a caridade crescer e frutificar na alma como boa semente, todo fiel deve ouvir de bom grado a palavra de Deus e cumprir nas obras a sua vontade, deve, frequentemente [sic.], com o auxílio da sua graça, aproximar-se dos sacramentos sobretudo da eucaristia, e tomar parte nos atos de culto; deve aplicar-se constantemente à oração, à abnegação de si mesmo e ao serviço dedicado dos seus irmãos, e ao exercício constante de todas as virtudes (LG 42).

Todos os fiéis são chamados à vivência da caridade. Ela é “o sinal do verdadeiro discípulo de Cristo” (LG 42). É preciso optar preferencialmente pelo pobre e necessitado. Apenas com o olhar da caridade, “levando à percepção da dignidade do outro, é que os pobres são reconhecidos e apreciados em sua dignidade imensa, respeitados no seu estilo próprio e cultura e, por conseguinte, verdadeiramente integrados na sociedade” (FT 187). Nosso serviço e configuração a Jesus se dá por meio “[...] da ajuda prestada ao faminto, ao sedento, ao estrangeiro, ao nu, ao doente, ao encarcerado – como também à criança ainda não nascida, ao idoso que está doente ou perto da morte” (EV 87). Esse é o caminho da salvação, o caminho para uma vida digna e em abundância para todos.

11 Dom Hélder Pessoa Camara nasceu no Ceará em 1909. Foi destaque entre seus colegas de estudo, chegando a ser Secretário de Educação do Estado do Ceará, o que o fez ser expulso do Estado, ingressando na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Foi ordenado bispo auxiliar desta Arquidiocese em 1952. Em 1964 foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife por Paulo VI, seu amigo espiritual. Dom Hélder participou do Concílio Vaticano II e atuou nas Conferências de Medellín e Puebla. É conhecido como “Dom da Paz” por sua atuação especial como defensor dos direitos humanos, dos pobres e marginalizados. Mais dados podem ser obtidos em: Ivanir A. RAMPON, *O caminho espiritual de Dom Helder Camara*. São Paulo: Paulinas, 2013.

12 Ivanir A. RAMPON, Dom Helder Camara: dom de Deus para os pobres. In: *Convergência*, Ano LI, Nº 494, p.589-598, Brasília: CRB, set. 2016. Disponível em: http://www.crbnacional.org.br/site/wpcontent/uploads/2017/12/CONVERGENCIA_494.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021. p.596.

13 http://www.crbnacional.org.br/site/wpcontent/uploads/2017/12/CONVERGENCIA_494.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021. p.596.

Por fim, retomemos as expressões de Leão XIII: a solução definitiva para o problema social, na época a questão operária, hoje as mais diversas já citadas ao longo do texto, é a caridade. É preciso que todos “alimentem em si e acendam nos outros, nos grandes e nos pequenos, a caridade, senhora e rainha de todas as virtudes”. Somente a caridade, “que compendia em si todo o Evangelho, e que sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo, é o antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século” (RN 37).

CONCLUSÃO

O ser cristão carrega a marca do compromisso social. A Igreja, desde os primórdios, cuidou e defendeu a vida. É evidente que muitas vezes e de muitos modos os membros da Igreja também foram agentes de ataque e desvalorização da vida, atitudes que jamais encontraram respaldo na legítima Doutrina e muito menos no Evangelho. A Doutrina da Igreja, por sua vez, sempre esteve próxima e preocupada com todos.

Contudo, de Leão XIII até os dias de hoje, encontramos uma série de documentos que tratam sobre aspectos da Doutrina Social, aprofundando a reflexão e fazendo apontamentos específicos sobre a ação social da Igreja, tendo como base a inalienável e inegociável dignidade da pessoa humana e a caridade como meio para se chegar a uma vida digna e em abundância para todos.

A espiritualidade cristã precisa produzir mudanças sociais. Não se pode compreender o ser cristão sem uma mudança real de vida. Nos tempos atuais, diante de uma cultura de morte, da falta de cuidado com o ser humano e com toda criação, todos os seres humanos, e de modo especial os cristãos, são chamados a cuidar da vida. Temos o dever, seguindo a ideia primitiva do Criador, de sermos cocriadores, auxiliando Deus em sua obra, vivendo o amor verdadeiro, aquele que faz *ser para os outros*. Esse amor nos permite transcender nosso pequeno círculo familiar ou de amigos, para chegar a todos, sem exceção.

O desafio está, portanto, em sair do discurso. É preciso ir além e colocar em prática os princípios evangélicos. Fica a provocação do Papa Francisco: “perante as várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras” (FT 6).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*: sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade (CV). 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BENTO XVI. *Carta Encíclica Deus Caritas Est*: o amor cristão. Brasília: Ed. CNBB, 2007.
- BERNARD, Charles A. *Introdução à Teologia Espiritual*. Trad. Pier Luigi Cabra. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*: tradução oficial da CNBB. Brasília: Ed. CNBB, 2018.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CIGC). São Paulo: Loyola, 2000.
- CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Campanha da Fraternidade 2020: Texto-Base*. Brasília: Ed. CNBB, 2019.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto *Apostolicam Actuositatem*: sobre o apostolado dos leigos (AA). In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano*. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997, p.369-409.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*: sobre a Igreja no mundo de hoje (GS). In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano*. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997, p.539-661.

- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: sobre a Igreja. In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano*. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997, p.101-197.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil* (DGAE). Brasília: Ed. CNBB, 2019.
- DOCUMENTO DE APARECIDA. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 3.ed. Brasília: Ed. CNBB, 2007.
- FRANCISCO. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Evangelii Gaudium*. São Paulo: Loyola, 2013.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.
- FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si'*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 15 mar. 2021.
- GONÇALVES, Alfredo J. *Doutrina Social da Igreja: História e Desafios*. Disponível em: <http://www.cefep.org.br/doutrina-social-da-igreja-historia-e-desafios/>. Acesso em: 19 mai. 2021.
- GUINDANI, Elisandro; ZANANDRÉA, Renan P. Fratelli Tutti: algumas palavras iniciais. Disponível em: <https://www.diocesevacaria.com.br/fratelli-tutti-algumas-palavras-iniciais/>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Centesimus Annus* (CA). Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html. Acesso em: 15 mar. 2021.
- JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Evangelium Vitae*: sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana (EV). 7 ed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários (RN). Trad. Manuel Alves da Silva, S.J. São Paulo: Paulinas, 2009.
- PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (CDSI). Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 7.ed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- RAMPON, Ivanir A. *O caminho espiritual de Dom Helder Camara*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- RAMPON, Ivanir A. Dom Helder Camara: dom de Deus para os pobres. In: *Convergência*, Ano LI, Nº 494, p. 589-598, Brasília: CRB, set. 2016. Disponível em: http://www.crbnacional.org.br/site/wpcontent/uploads/2017/12/CONVERGENCIA_494.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.